

Comunicação apresentada no Seminário Nacional sobre *O Vestibular: dilemas do acesso ao ensino superior no Brasil*, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Secretaria de Ensino Superior do MEC e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no período de 10 a 12 de dezembro de 1979, no Rio de Janeiro.

PROCESSOS ALTERNATIVOS DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Heraldo Marelim Vianna

Do Departamento de Seleção de Recursos Humanos, da Fundação Carlos Chagas.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o acesso à universidade refletem a perplexidade dos educadores em relação à problemática geral da educação brasileira. Os pontos nucleares desses debates incidem, geralmente, sobre os seguintes aspectos:

- a) o problema a ser realmente dimensionado e solucionado seria o do processo de seleção que ocorre a nível de 1º grau, pois tudo o mais, na crise geral da educação brasileira, decorreria desse fato;
- b) o sistema educacional integra um macro-sistema que se acharia subordinado à pressão de forças econômicas que seriam as reais variáveis

determinantes do acesso ao ensino em qualquer de seus níveis;

- c) o acesso à universidade far-se-ia por intermédio de um processo marginal — o vestibular — e traduziria, na verdade, a falência de toda a infra-estrutura do sistema educacional;
- d) o vestibular, apesar de usado pelos órgãos centrais da educação como instrumento de pressão para promover mudanças e elevar o nível do ensino de 2º grau, não estaria alcançando esse objetivo e teria fracassado no seu objetivo maior: selecionar os melhores e mais capazes para a universidade.

Qualquer que seja a ótica que se use para analisar o problema do acesso à universidade, forçoso é reconhecer que dificilmente se conseguirá eliminar a exigência da demonstração de capacidade para prosseguir em estudos mais avançados. A França possui o seu *baccalaurèat*; a República Federal da Alemanha, o *Abitur*; a Inglaterra, o *General Certificate of Education*, e o Brasil, o *exame vestibular*, como pré-requisito para admissão à universidade.

A grande demanda social de educação em todos os níveis e a impossibilidade de atendimento imediato a essa solicitação geram, naturalmente, críticas — algumas contundentes, mas não destituídas de sentido — ao mecanismo de acesso ao ensino superior, que, no caso, é o exame vestibular. Assim, quando o vestibular é acionado de possessivo, no sentido de que absorveria e desviaria os objetivos do ensino médio, tornando-o uma preparação específica para a universidade; ou quando é acusado de rígido e pouco imaginativo, porque estruturado na verificação do convencional e, muitas vezes, do supérfluo; ou, ainda, quando tachado de discriminativo, pois favoreceria os que se situam em níveis sócio-econômicos elevados, em detrimento dos que arcam com o ônus de se situarem em níveis economicamente pouco favoráveis; e, ainda, quando o vestibular é acusado de elitista, porque se destinaria à seleção de uma suposta elite pensante — compreende-se a indignação desses termos, porque, ao longo dos anos, a universidade não se ajustou às necessidades de uma sociedade de massa, prendendo-se ao ideal medieval de uma *community of scholars*.

Quanto ao seu acesso, a universidade preocupou-se quase que exclusivamente com os aspectos operacionais; neste momento, valeria destacar o enfoque de Ribeiro Netto (1979) — "...hoje, como há 20 anos atrás, persiste a ocorrência de crescentes massas de egressos do 2º grau às portas da universidade, a desmedida competição por vagas em determinadas carreiras ou em certas escolas, a concentração da procura nos grandes centros de maior desenvolvimento econômico e cultural — fatores que, nos anos 50, levaram à crise o vestibular na forma então vigente e, hoje, continuam exercendo a mesma pressão sobre o sistema de ensino superior, que não conseguiu superar as exigências dessa vigorosa e desorientada demanda"¹ (Ribeiro Netto, 1979).

O acesso à universidade, por intermédio do vestibular — rito de passagem numa cultura em mudança — necessita ser redefinido e adequado à realidade do presente. Instrumento de seleção e de mudança no sistema educacional, o vestibular, nos dias de hoje, precisaria ser dinamizado, modificado e até mesmo suprimido, se for o caso, a fim de que surjam novos processos de seleção mais ajustados às condições do momento, e menos influenciados pelo contexto burocratizado das atuais instituições educacionais.

Algumas alternativas para o acesso à universidade

A análise de alternativas que possam dimensionar em novas bases o problema do acesso à universidade é recomendável, diante das atuais críticas ao sistema de exames vestibulares e da possibilidade, manifestada reiteradas vezes por autoridades educacionais, do esta-

belecimento de um novo esquema para o processo de admissão à universidade.

A *primeira opção* seria a de um exame de conclusão de 2º grau, que, formalmente, daria ao portador do seu certificado o direito de ingresso numa instituição de ensino superior, independentemente de outras provas de qualificação. A idéia, ainda que simpática à primeira vista, apresenta, entretanto, inúmeros problemas, alguns dos quais se destacam imediatamente:

- a quem caberia a responsabilidade desse exame? seria regional, estadual ou a nível nacional?
- o conteúdo do exame seria único, ou admitiria combinações de áreas de conteúdo? nesse último caso, como proceder para que houvesse equivalência entre as diferentes formas de exames? as universidades aceitariam qualquer combinação de conteúdos, ou exigiriam, conforme as carreiras e opções, determinados exames?
- um exame desse tipo seria possível dentro da rígida estrutura do ensino de 2º grau? até que ponto, para tornar factível esse tipo de exame, não seria necessário adaptar, inicialmente, o ensino médio a essa nova situação? como proceder com estudantes oriundos, por exemplo, do supletivo e dos cursos profissionais?
- como as universidades procederiam para a seleção de seus candidatos? haveria uma seleção com base apenas no desempenho médio, ou seriam solicitados outros elementos? quais seriam esses elementos? haveria um ponto de corte? qual? haveria pontos de cortes diferenciais, por carreiras ou cursos?
- qual a evidência que se teria de que o exame de conclusão do 2º grau possuiria suficiente validade preditiva para a seleção dos melhores e mais capazes?
- como proceder na seleção de indivíduos provenientes de diferentes regiões, estados e tipos de escolas?
- qual a influência que a criação desse exame exerceria sobre a atmosfera da escola de 2º grau? passaria a ser, como em outros países que o adotam, uma instituição altamente competitiva, com todos os malefícios daí decorrentes?

Uma *segunda alternativa* para solucionar, em parte, o problema do acesso e, especialmente, o desequilíbrio entre o número de vagas e o número de candidatos consistiria em estabelecer um sistema de *admissão aberta*, entendida esta como um aumento da ordem de 30% sobre as vagas existentes nos diferentes cursos; simultaneamente, instituir-se-ia, na universidade, um rigoroso sistema de avaliação acoplado a mecanismos que

¹ Ribeiro Netto, A. (1979) — Nossa experiência em concurso vestibular. (mimeo)

permitissem expelir os menos capazes. Assim, restabelecer-se-ia o equilíbrio populacional do sistema universitário.

Aqui, também, segundo essa perspectiva, haveria problemas; pois do ponto de vista legal, por falta de uma legislação adequada à realidade que se pretenderia criar e, também, em virtude da figura do chamado direito adquirido, passível de ser invocado por espíritos afeitos e filigranas jurídicas, seria muito possivelmente difícil a eliminação dos menos capazes ao longo do curso universitário.

Uma *terceira alternativa* consistiria na introdução de um sistema de entrevistas para aqueles que, no processo tradicional de seleção, se situassem na zona fronteira ao ponto de corte. Os instrumentos de medida ora empregados nos exames vestibulares nem sempre possuem suficiente fidedignidade para que os resultados obtidos sejam isentos de erros de medida; ou apresentam um valor inexpressivo a ponto de poder ser desprezado; assim, é possível que, na atual conjuntura, sejam admitidos estudantes que, na verdade, se devidamente examinados, deveriam ser afastados do convívio acadêmico. Infelizmente, a presente alternativa manifesta sério problema: — a seleção por intermédio de entrevistas também não é um processo fidedigno, sobretudo quando se trata de um número elevado de candidatos.

Uma *quarta modificação alternativa* estaria ligada à própria estrutura dos atuais exames que, em princípio, deveriam verificar conhecimentos e habilidades desenvolvidos por intermédio das disciplinas do núcleo comum. Sem discutir esse tipo de exame, que em muitos casos deixa muito a desejar, sobretudo em relação à sua qualidade técnica, seria desejável que ocorressem mudanças nessa área. Os exames, orientados para a verificação de conhecimentos nem sempre relevantes, são aplicados exaustivamente durante dias sucessivos e representam pesada carga para os candidatos, com resultados duvidosos. Assim, segundo essa opção, poderiam, em princípio, ser substituídos por um único instrumento de aptidão escolar para determinação da maior ou menor capacidade para prosseguir em estudos acadêmicos. O desempenho nesse único teste, desde que tecnicamente construído, poderia, em tese, ser utilizado com êxito para fins de seleção e ingresso na universidade.

A alternativa, entretanto, apresenta diversos problemas graves, que necessitariam de pronta solução:

- a) os testes de aptidão exigem um *know how* científico que não pode ser improvisado, como ocorre, freqüentemente, com as atuais provas de rendimento escolar usadas nos vestibulares. Infelizmente, pouco se tem pesquisado nessa área, e não se cuidou da formação de pessoal qualificado no campo da estatística aplicada à educação, o que possibilitaria o desenvolvimento de técnicas mais precisas de seleção;
- b) o emprego de testes de aptidão exigiria grandes investimentos para o desenvolvimento dos instrumentos e estudos específicos sobre a sua

validade preditiva, o que, possivelmente, não estaria ao alcance de muitas instituições educacionais brasileiras, pelo menos na conjuntura atual.

Interrogações e Conclusões Finais

Algumas alternativas foram brevemente discutidas, destacando-se aspectos positivos e negativos; entretanto, diversas interrogações subsistem:

- será aconselhável, no momento presente, mudar uma estrutura operacional como a do vestibular que, no final das contas, é um simples mecanismo de distribuição de vagas, quando existem problemas mais urgentes no campo educacional e que estão a exigir soluções imediatas?
- será prudente substituir uma sistemática que ainda é pouco conhecida — pois o vestibular não tem sido objeto de pesquisas significativas — por outra sistemática inteiramente desconhecida nos seus efeitos e conseqüências?
- será sensato dedicar tempo, esforços e fazer investimento para alterar um simples processo, quando, na verdade, o que se deveria modificar é toda a estrutura educacional ora existente, em seus diferentes aspectos?
- será realístico, na hora presente, provocar modificações superficiais, quando a educação nacional exige mudanças profundas e radicais?
- será que o acesso à universidade, no contexto geral da educação brasileira, é um problema prioritário que afeta a totalidade da sociedade, e não apenas alguns de seus fragmentos menores que, no momento, já usufruem a educação de terceiro grau?
- será que modificações simples ou radicais no processo de seleção do vestibular terão, efetivamente, alguma repercussão sobre o sistema de ensino como um todo, contribuindo, realmente, para o seu aprimoramento e a elevação do seu nível, como supõem alguns?

Acreditamos, em conclusão, que não sejam aconselháveis, prudentes ou sensatas maiores modificações na atual sistemática de acesso à universidade. As alternativas ora apresentadas chocam-se quase sempre com a rígida estrutura de um sistema pouco afeito a inovações conseqüentes. Sensata e realística, na hora presente, seria a promoção de uma reforma que atendesse, realmente, às insatisfações da comunidade educacional: estudantes, professores e administradores. A solução de problemas prioritários contribuirá para que outros problemas, como os relativos ao acesso à universidade, se atenuem, se diluam e, muito possivelmente, deixem de ter a importância que ora se lhes atribui.